



Expresso, 30 de março de 2018

JUSTIÇA

Governo financia 14 colégios de grupo acusado de corrupção

Falta de alternativa na rede pública condiciona opções



O Colégio Rainha D. Leonor, nas Caldas da Rainha, é apoiado desde 2005 FOTO NUNO FOX

ISABEL LEIRIA

Dos 75 colégios que têm neste momento um contrato de associação, recebendo financiamento do Estado para assegurar oferta de ensino a alunos em regiões onde não há lugar na rede pública, 14 são detidos pelo grupo GPS, cujos principais administradores são acusados de corrupção, peculato, falsificação de documento agravada, burla qualificada e abuso de confiança. Sete destes 14 colégios têm apenas contratos de continuidade, ou seja, continuam a existir apenas para garantir a conclusão dos ciclos de estudo aos alunos que os frequentam. Mas os restantes sete dizem respeito à celebração de contratos iniciados no presente ano letivo e que se prolongam até 2020.

“Este ano, como nos anos anteriores, vai analisar-se a rede caso a caso com pormenor e rigor. Serão abertas turmas onde haja carência”, explica o Ministério da Educação (ME), informando ainda que a Inspeção-Geral da Educação (IGE) reforçou as suas ações junto destes colégios a partir de 2016 e que “não foram encontradas irregularidades similares” àquelas que levaram o MP a acusar cinco administradores do grupo GPS, liderado pelo ex-deputado socialista António Calvete. Os responsáveis são acusados de montar um esquema de apropriação indevida de dinheiros públicos que lhes rendeu mais de 30 milhões de euros dos 300 milhões que os seus colégios receberam do Estado entre 2005 e 2013. Fizaram-no, na versão do MP, através de empresas que faturavam aos colégios serviços que nem prestavam ou cobrando-lhes o pagamento de despesas pessoais como viagens, cruzeiros, jantares, bebidas alcoólicas — tudo no valor de milhares de euros.

Quanto aos dois ex-decisores políticos também acusados (o ex-secretário de Estado da Administração Educativa José Manuel Canavarro e o ex-diretor regional de Educação de Lisboa José Almeida), está em causa a tomada de decisões que terão favorecido os interesses daqueles administradores:

A ACUSAÇÃO

7 arguidos, 6 crimes

O MP acusa cinco administradores do grupo GPS, em coautoria material, dos crimes de corrupção ativa, peculato, falsificação de documento, burla qualificada e abuso de confiança qualificada. São eles António Calvete, Manuel Madama, António Madama, Agostinho Ribeiro e Fernando Catarino. Acusa ainda José Manuel Canavarro, ex-secretário de Estado da Administração Educativa do governo de Santana Lopes, e o ex-diretor regional de Educação de Lisboa José de Almeida, de corrupção passiva

O que dizem os arguidos

José Canavarro diz que a acusação “não tem qualquer fundamento” e anunciou que iria requerer a instrução do processo e que nessa altura “tudo se esclarecerá”. A advogada de José Almeida não quis comentar e o grupo GPS afirma que ainda está a analisar o processo, mas que detetou já um “conjunto de incongruências que poderão ferir de morte a acusação”

O que diz o MP

“Os arguidos José Manuel Canavarro e José Maria de Almeida sabiam que, ao praticar os atos que estavam ao seu alcance, nas datas e com a celeridade com que o fizeram, estavam a violar os seus deveres funcionais, de isenção de zelo, de rigor na gestão dos dinheiros públicos, favorecendo os interesses dos arguidos administradores. À data que proferiram todas as decisões, tais estabelecimentos de ensino não tinham existência física nem legal. No caso do Colégio Infante Santo não se verificava carência de rede pública.”

abriram portas à entrada de mais quatro colégios do grupo na lista dos que recebiam financiamento do Estado ao abrigo dos contratos de associação — “a troco de lugares no grupo GPS”.

Bloco central no GPS

Os requerimentos do GPS para a criação de quatro colégios e ainda o alargamento do âmbito do contrato de associação no caso de outro deram entrada no ME no final de janeiro de 2005. Um mês depois o processo estava aprovado, através de um despacho assinado pelo ex-secretário de Estado a 28 de fevereiro, já com o executivo em funções de gestão. O governo PSD-CDS terminou em março de 2005 (na sequência de eleições antecipadas) e em abril José Canavarro assumiu as funções de consultor da GPS Educação e Formação. José Almeida iniciou funções na Escola Internacional de Torres Vedras (então pertencente ao grupo) também nesse ano.

Mas foi só em 2013 que o MP recebeu um inquérito conduzido pela IGE, bem como uma denúncia por parte do Movimento em Defesa da Escola Pública do Oeste e do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Já em fevereiro 2011, o Expresso noticiara que a proposta de celebração de contratos de associação com quatro colégios do grupo GPS tinha sido assinada cinco dias antes das eleições. E que os dois responsáveis diretos pela decisão tinham passado a trabalhar para esses mesmo colégios.

Nessa altura, o grupo GPS informou que entre os colaboradores do grupo encontravam-se vários antigos elementos da administração de governos PS e PSD, mas que nunca tinham sido favorecidos por isso. Além de José Canavarro e de José Almeida, entre os nomes indicados estavam Paulo Pereira Coelho (ex-secretário de Estado de governos PSD), Domingos Fernandes (ex-secretário de Estado de António Guterres), Linhares de Castro (ex-diretor regional de Educação do Centro) e José Junqueira (ex-secretário de Estado de governos PS).

leiria@expresso.imprensa.pt